A IGREJA COMO POVO DE DEUS E COMUNHÃO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE YVES CONGAR E JOSÉ COMBLIN

Anderson Costa Pereira[1]

Resumo
A presente comunicação disserta sobre duas eclesiologias que se tornaram fundamentais para descrever a Igreja: as eclesiologias do Povo de Deus e comunhão. A pesquisa tem como eixo temático uma comparação entre as considerações do dominicano francês e do missionário belga, acerca dos conceitos de Povo de Deus e comunhão. Dois textos serão tomados como núcleo referencial: *A Igreja como Povo de Deus* de Congar e *o Povo de Deus* de José Comblin. A comunicação, mais do que confrontar, procura uma justa complementação entre as perspectivas desses dois teólogos, explorando a unidade e diferenças entre os dois conceitos.
Palavras-chave: Povo de Deus. Comunhão. Congar. Comblin.

INTRODUÇÃO

José Comblin (1923-2011) foi um teólogo e missionário belga que teve um papel significativo no contexto da Teologia da Libertação na América Latina. Ele nasceu em Bruxelas, na Bélgica, e foi ordenado sacerdote em 1949. Comblin dedicou sua vida e trabalho à Igreja Católica e à causa dos pobres e oprimidos. No início dos anos 1960, José Comblin foi enviado como missionário *Fidei donum* para a América Latina. Ele se estabeleceu no Brasil, onde passou a maior parte de sua vida. Comblin foi um dos timoneiros da Teologia da Libertação.

Seu livro intitulado o *Povo de Deus*, escrito em 2002, no início do novo milênio, é notável por sua abordagem original desse conceito, que é interpretado por meio de uma perspectiva latino-americana. Mesmo tendo passado duas décadas de sua publicação, a obra ainda é de grande atualidade teológica. Para ele, somente na América Latina a eclesiologia do povo de Deus chegou à sua expressão mais ampla (COMBLIN, 2002, p. 87). Seu objetivo principal é promover mudanças tangíveis nas estruturas da Igreja, como se encontra no último capítulo da obra.

Em seu livro, já naquele tempo José Comblin compreendia o momento atual da Igreja, como um momento de crise, descrevendo-o como a "noite escura" (COMBLIN, 2002, p. 5), e a superação está na esperança de um "retorno aos princípios do Vaticano II" (COMBLIN, 2002, p. 5). Esse retorno não se trata apenas de um retorno formal aos textos conciliares, mas

[1] Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica/SP. E-mail: pereira-anderson1@hotmail.com

"voltar à inspiração básica que presidiu todo o desenvolvimento dos trabalhos conciliares" (COMBLIN, 2002, p. 6).

Por outro lado, Yves Congar (1904-1995) foi um teólogo dominicano francês que desempenhou um papel significativo na Igreja Católica no século XX. Ele nasceu em Sedan, na França, e entrou para a Ordem dos Pregadores, conhecida como Dominicanos, em 1925. Congar foi ordenado sacerdote em 1930 e se dedicou ao estudo e à reflexão teológica ao longo de sua vida. Yves Congar é amplamente reconhecido como um dos principais teólogos do movimento ecumênico.

Congar também teve um papel de grande importância no Concílio Vaticano II (1962-1965). Ele foi um dos principais peritos teológicos do Concílio e desempenhou um papel crucial na elaboração de várias documentos conciliares, incluindo aqueles relacionados à eclesiologia (a doutrina da Igreja) e ao ecumenismo. Yves Congar foi reconhecido e honrado por seu trabalho teológico ao longo de sua vida. Ele foi nomeado cardeal em 1994 pelo Papa João Paulo II, pouco antes de seu falecimento em 1995.

AS ECLESIOLOGIAS DO POVO DE DEUS E DE COMUNHÃO SEGUNDO CONGAR E COMBLIN

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, juntamente com a *Gaudium et Spes*, ocupa uma posição de destaque entre os documentos conciliares, sendo considerada a primeira no conjunto. Durante o debate conciliar sobre o esquema *De ecclesia*, houve uma mudança significativa quando o Cardeal Suenens propôs reordenar os capítulos. Essa mudança envolveu dividir o terceiro capítulo em duas partes, com a primeira tratando do povo de Deus em geral, posicionada como o segundo capítulo antes da terceira parte sobre a hierarquia, e a segunda parte abordando especificamente os leigos como o quarto capítulo. Yves Congar desempenhou um papel importante na Comissão Doutrinal ao fazer campanha pelo novo capítulo proposto sobre o Povo de Deus, desejando que a Igreja fosse apresentada nele dentro do contexto da história da salvação e de sua relação com o povo de Israel. Dessa forma, o que foi discutido no antigo terceiro capítulo do esquema, relacionado não apenas aos leigos, mas a todos os cristãos batizados, encontrou seu lugar apropriado no novo capítulo sobre o povo de Deus.

A Revista *Concilium*, fundada em 1965 por renomados teólogos como Yves Congar, Hans Küng, Johann-Baptist Metz, Karl Rahner e Edward Schillebeeckx, tinha como objetivo principal transmitir às pessoas orientações do Concílio Vaticano II e, ao mesmo tempo, buscar o contínuo desenvolvimento a partir dessas diretrizes. Ela iniciou sua reflexão com o artigo "A Igreja como Povo de Deus", escrito por Yves Congar, enfatizando assim a importância e o papel central desempenhado pelo conceito de Povo de Deus.

> No esquema *De Ecclesia*, podia ter-se seguido esta disposição: Igreja Mistério, Hierarquia e Povo de Deus em geral. Nesta hipótese, não se teria dado relevo à terceira intenção acima mencionada, que era expor aquilo que implica a qualidade comum de membro da Igreja, antes mesmo daquilo que diferencia, por motivo de função ou de estado de vida. [...] Mas esta é a ordem que se seguiu: Mistério da Igreja, Povo de Deus, Hierarquia. Pôs-se assim como valor primeiro a qualidade de discípulo, a dignidade inerente à existência cristã como tal, ou a realidade de uma ontologia da graça, e em seguida, dentro desta realidade, uma estrutura hierárquica de organização social (CONGAR, 1965, p. 9).

José Comblin reconhece que Congar foi o teólogo que mais lutou para que o tema do povo de Deus fosse incluído no debate conciliar. Para o teólogo belga, passados mais de quarenta anos desde o artigo de Congar, ele "ainda é de plena atualidade, e continua podendo ser o programa de uma restauração da teologia do povo de Deus, depois desta fase de recessão que ainda vivemos". (COMBLIN, 2002, p. 18).

A partir do conceito de Povo de Deus, o teólogo Yves Congar apresenta três perspectivas para descrever a realidade da Igreja:

> Primeiro, demonstrar também a Igreja construindo-se na história humana; segundo, entendendo-se, adentro da humanidade, a diversas categorias de homens desigualmente situadas em relação à plenitude de vida que se encontra em Cristo e do qual é sacramento a Igreja por Ele instituída; por último, expor o que é comum a todos os membros do Povo de Deus, antes que intervenha qualquer distinção entre eles, em razão de ofício ou de estado, no plano da dignidade da existência cristã (CONGAR, 1965, p. 8).

Para José Comblin, a "teologia do povo de Deus deve entrar em todos os capítulos da eclesiologia porque é a chave que permite relacionar o divino e o humano na Igreja" (COMBLIN, 2002, p. 51). Nesse sentido, devemos entender a expressão "eclesiologia total", "no contexto da crítica de Yves Congar, ao dizer que, num tempo em que a reflexão teológica a respeito da Igreja levava em conta tão somente os ministérios de governo eclesiástico, ignorando os leigos e religiosos, o que se fazia era, pura e simplesmente, *hierarcologia,* e não *eclesiologia" (BARROS, texto on-line).*

A partir da análise da história eclesiástica de dois mil anos, José Comblin detecta uma compreensão da Igreja demasiadamente verticalista (ou, como na expressão de Yves Congar, hierarcológica) e manifesta profeticamente sua posição na interpretação da eclesiologia conciliar do Vaticano II:

> A eclesiologia do Vaticano II quer ser uma reação radical contra essas eclesiologias que esquecem completamente a realidade humana e tratam os seres humanos como se fossem objetos nas mãos de um poder hierárquico quase divinizado (COMBLIN, 2002, p. 26).

Ao definir a Igreja como o Povo de Deus, Comblin afirma que o Vaticano II confirma a grande descoberta da modernidade: a realidade humana da Igreja (COMBLIN, 2002, p. 27). Comblin compreende a eclesiologia do Povo de Deus como um modelo que enfatiza a parti-

cipação ativa e a responsabilidade de todos os membros da Igreja, especialmente dos leigos, na vida e missão da comunidade cristã. Para ele, a Igreja não deve ser vista apenas como uma estrutura hierárquica, mas como um corpo vivo composto por todos os batizados.

Para José Comblin, a escolha da eclesiologia do Povo de Deus pelo Vaticano II visava também fundamentar a promoção dos não-ordenados (os leigos), ou seja, superar o clericalismo na Igreja. Os padres conciliares almejavam que, com isso, os não-ordenados sentissem finalmente o reconhecimento de sua importância na Igreja (COMBLIN, 2002, p. 40).

Tanto Congar quanto Comblin são contrários à distinção entre os dois gêneros de cristãos, clérigos e leigos. Para Comblin, essa distinção decorre da "distinção entre o sagrado e o profano" (COMBLIN, 2002, p. 45) e, de certa forma, persiste na teologia e na consciência dos católicos até os dias atuais. Para Congar, o binômio clero-laicato deveria ser abolido do vocabulário eclesial e substituído por comunidade-ministérios.

Contudo, tanto Congar quanto Comblin reconhecem que, *per se,* a categoria de povo de Deus "não é suficiente para expressar todos os aspectos da Igreja" (COMBLIN, 2002, p. 15). Congar, por exemplo, defendia que o conceito de povo de Deus deveria ser complementado pelos conceitos de Corpo Místico de Cristo e comunhão. Nesse sentido, a *Lumen Gentium* afirma que o mistério de comunhão se dá na totalidade do Povo de Deus:

> Assim, este povo messiânico, embora não abranja atualmente todos os homens e por vezes apareça como pequeno rebanho é, contudo, para todo gênero humano germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação. Constituído por Cristo para a comunhão de vida, caridade e verdade, é por Ele ainda assumido como instrumento de redenção de todos, e é enviado ao mundo inteiro como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5,13-16). (LG, 9).

José Comblin não rejeitou completamente a eclesiologia de comunhão, mas expressou algumas críticas e preocupações em relação a certas interpretações e práticas relacionadas a esse modelo eclesial, conforme o capítulo IV do livro *o Povo de Deus*. Sua maior preocupação é que, a partir do Sínodo Extraordinário dos Bispos realizado em 1985, o conceito de comunhão tenha surgido com a finalidade de suprimir o conceito de Povo de Deus: "há os que acham que a finalidade principal, praticamente única, do Sínodo Extraordinário de 1985 [...] foi o de suprimir o conceito de Povo de Deus" (COMBLIN, 2002, p. 9). Para Comblin, está claro que a intenção do Sínodo era de natureza eclesiológica, onde "o sinal mais claro da virada foi a substituição do tema Povo de Deus pelo da comunhão como centro da eclesiologia" (COMBLIN, 2002, p. 118).

Uma das críticas de Comblin era a possibilidade de a eclesiologia de comunhão ser interpretada de maneira muito abstrata e espiritualizada, afastando-se da realidade concreta da vida das pessoas e das comunidades eclesiais, sem reflexo nas práticas e nas estruturas da Igreja. Ele argumentava que a comunhão na Igreja deveria ser vivida de forma ativa e participativa, com ênfase no compromisso com a justiça e na transformação das estruturas opressivas.

Para Comblin, enquanto o conceito de comunhão acentua a dimensão verticalista da Igreja que se concentra na hierarquia, na eclesiologia do povo de Deus a ênfase recai na dimensão horizontal, enfatizando a importância da solidariedade, do serviço e da justiça. Ele argumenta que a Igreja deve estar enraizada na realidade das pessoas e em seus desafios concretos, atuando como um agente de transformação na sociedade. Outra crítica de Comblin era direcionada à hierarquia eclesiástica e à concentração excessiva de poder e autoridade nas mãos do clero. Ele via a eclesiologia de comunhão como uma oportunidade para uma maior centralização do poder na Igreja, em vez de promover o compartilhamento de responsabilidades entre todos os membros do Povo de Deus.

Por outro lado, Yves Congar compreende a eclesiologia de comunhão como um modelo que enfatiza a importância da comunhão e da participação de todos os membros da Igreja na vida e missão da comunidade cristã. Para ele, a comunhão não é apenas uma ideia abstrata, como se apresentou no Sínodo de 1985, mas algo que deve ser vivido e experimentado de maneira concreta.

Congar vê a Igreja como o Povo de Deus, composto por todos os batizados, que são chamados a compartilhar responsabilidades e dons na construção do Reino de Deus. Ele enfatiza a importância da diversidade de ministérios dentro da Igreja e acredita que a participação ativa de todos os fiéis é essencial para o pleno desenvolvimento da Igreja como Corpo de Cristo. Para Congar, "a Igreja é já comunhão, mas deve ainda procurá-la pelos meios de que dispõe enquanto instituição: são os meios da fé, dos sacramentos e do ministério. A situação que isto impõe a Igreja Congar chama de dupla lógica: da comunhão e dos meios de comunhão" (FERREIRA, 2017, p. 595).

Para Yves Congar, a eclesiologia de comunhão é uma compreensão da Igreja como um corpo unido e diverso, no qual todos os membros são chamados a participar ativamente, compartilhando dons e responsabilidades. Ela envolve a superação de estruturas hierárquicas rígidas e autoritárias, buscando uma maior descentralização de poder e uma maior participação dos leigos. Ele valoriza a importância da escuta mútua, do diálogo e da colaboração entre os membros da comunidade eclesial. Além disso, Congar acredita que a comunhão na Igreja deve se estender além das fronteiras institucionais, buscando a unidade com outras tradições cristãs e com toda a humanidade e valorizando a diversidade eclesial.

Congar é um grande promotor de uma eclesiologia de comunhão, não espiritualizada, mas encarnatória, ou seja, não há relação com Deus fora da relação com o mundo e com a história. Portanto, longe de qualquer "monofisismo eclesiológico" (COMBLIN, 2002, p. 127) a comunhão destaca a unidade e o vínculo de amor que une os membros da Igreja.

CONCLUSÃO

Em síntese, retoma-se uma pergunta fundamental: a Igreja é Povo de Deus ou Comunhão? Para Comblin, Povo de Deus e comunhão, conceitos distintos segundo o Sínodo

de 1985, na verdade não são contrapostos, mas complementares, desde que o conceito de comunhão não se torne meramente idealista. Assim como não é possível comunhão sem povo, não existe povo de Deus sem comunhão. Igualmente, para Congar, é necessária a complementaridade dos conceitos de Povo de Deus e Comunhão (incluindo Corpo de Cristo) na compreensão da Igreja. Os termos não são contrapostos, mas inter-relacionam-se e complementam-se mutuamente. A comunhão é alimentada e fortalecida pela diversidade e pela participação ativa dos membros do Povo de Deus, enquanto o Povo de Deus encontra sua plenitude na comunhão fraterna e no relacionamento íntimo com Deus e com os irmãos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Paulo César. *Concílio Ecumênico Vaticano II*. Disponível em: http://teologicalatinoamericana.com/?p=1362. Acesso em: 07 jun. 2023.

COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

CONGAR, Yves. A Igreja como Povo de Deus. *Concilium*, n. 1, p. 8-26, jan. 1965.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Lumen Gentium. In: COMPÊNDIO DO VATICANO II. Mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 185-247.

FERREIRA, Antônio Luiz Catelan. A noção de comunhão nos escritos eclesiológicos de Yves Congar no período pré-conciliar. *Revista eclesiástica brasileira*, v. 77, n. 307, p. 577-597, jul./set. 2017.

FONTANA, Ricardo. *Igreja: comunhão ou povo de Deus? estudo comparativo entre as eclesiologias de Antonio Acerbi e de José Comblin na perspectiva da sacramentalidade da Igreja*. 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.